

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria da Citigroup Global Markets Brasil CCTVM S.A. (Corretora), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: A Corretora apresentou um lucro líquido de R\$ 34.558 (2016 - R\$ 48.342), correspondente a R\$ 6,27 (2016 - R\$ 8,77) por ação, o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 6,41% (2016 - 9,43%). Em 31 de dezembro de 2017, o índice de

Basileia do Conglomerado Prudencial era de 15,94% (2016 - 16,58%).

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício de 2017 a Corretora distribuiu dividendos no montante de R\$ 8,208 (2016 - R\$ 0). Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A. (Banco), empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil, onde o grupo Itaú Unibanco se tornou o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil,

incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, 71 agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (0,81%) e na CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização (3,60%). A transação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em agosto de 2017 e pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2017. A operação de venda do *Consumer Bank* foi concluída no segundo semestre de 2017. São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

A Diretoria

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
A T I V O			
Circulante		554.544	375.581
Disponibilidades	4	401	356
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	5.495	7.602
Aplicações em operações compromissadas		5.495	7.602
Títulos e valores mobiliários	6	270.546	246.175
Carteira própria		100.022	27.979
Vinculados à prestação de garantias		170.524	218.196
Outros créditos	7	278.069	121.418
Rendas a receber		3.437	30.712
Negociação e intermediação de valores	7	207.814	62.606
Créditos tributários	8	39.173	6.707
Diversos	9	27.645	21.393
Outros valores e bens		33	30
Despesas antecipadas		33	30
Não circulante		352.672	395.323
Ativo realizável a longo prazo		350.673	393.173
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	244.001	232.695
Aplicações em depósitos interfinanceiros		244.001	232.695
Títulos e valores mobiliários	6	47.247	103.560
Carteira própria		10.419	97.652
Vinculados à prestação de garantias		36.828	5.908
Outros créditos	8	59.425	56.918
Créditos tributários	8	4.911	32.233
Diversos	9	54.514	24.685
Permanente		1.999	2.150
Investimentos	10	15	15
Outros investimentos		15	15
Imobilizado de uso	11	992	1.612
Outras imobilizações de uso		9.017	10.325
(Depreciações acumuladas)		(8.025)	(8.713)
Intangível	12	992	523
Ativos intangíveis		1.170	922
(Amortizações acumuladas)		(178)	(399)
Total do ativo		907.216	770.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2017	2016
P A S S I V O		360.835	238.817
Circulante		360.835	238.817
Outras obrigações		17.038	10.707
Sociais e estatutárias		17.038	10.707
Fiscais e previdenciárias	13	33.477	38.007
Negociação e intermediação de valores	7	209.992	126.224
Diversas	14	100.128	63.879
Não circulante		7.468	19.706
Outras obrigações		7.468	19.706
Diversas	14	7.468	19.706
Patrimônio líquido	16	539.113	512.381
Capital social - De domiciliados no exterior		274.986	248.000
Reserva de lucros		266.706	267.369
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.579)	(2.988)
Total do passivo		907.216	770.904

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2015		248.000	18.531	197.849	-	464.380
Adoção ao CPC 33 - Benefícios a empregados		-	-	-	(2.647)	2.647
Saldos em 1º de janeiro de 2016 (Reapresentado)		248.000	18.531	197.849	(2.647)	464.380
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	(16)	16
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	(325)	325
Lucro líquido		-	-	-	48.342	48.342
Destinações:		-	-	-	-	-
Reservas	16.b e c	-	2.417	48.572	(50.989)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		248.000	20.948	246.421	(2.988)	512.381
Aumento de capital	16.a	27.000	-	-	-	27.000
Redução de capital (Cisão)	16.a	(14)	-	(27.000)	(13)	(27)
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	347	347
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	62	62
Lucro líquido		-	-	-	34.558	34.558
Destinações:		-	-	-	-	-
Reservas	16.b e c	-	1.728	24.609	(26.337)	-
Dividendos	16.d	-	-	-	(8.208)	(8.208)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		274.986	22.676	244.030	(2.579)	539.113
Saldos em 30 de junho de 2017		248.000	21.930	219.421	(3.022)	488.648
Aumento de capital	16.a	27.000	-	-	(13)	(13)
Redução de capital (Cisão)	16.a	(14)	-	-	336	336
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	107	107
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	14.928	14.928
Lucro líquido		-	-	-	-	-
Destinações:		-	-	-	-	-
Reservas	16.b e c	-	746	24.609	(25.355)	-
Dividendos	16.d	-	-	-	(8.208)	(8.208)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		274.986	22.676	244.030	(2.579)	539.113

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

1 | Contexto operacional

A Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Corretora) é parte integrante do Conglomerado Citibank no Brasil, e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiro e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

A Corretora tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares às companhias corretoras, operando em sistema mantido pela bolsa de valores e na compra e venda de títulos e valores mobiliários por conta de terceiros ou por conta própria.

Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A. (Banco), empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil, onde o grupo Itaú Unibanco se tornou o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, 71 agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (0,81%) e na CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização (3,60%).

A operação envolveu a reestruturação societária de algumas empresas do Conglomerado Financeiro Citibank, de modo que o negócio do varejo foi cindido e absorvido pelo grupo Itaú Unibanco.

A transação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em agosto de 2017 e pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2017. A operação de venda do *Consumer Bank* foi concluída no segundo semestre de 2017.

Apresentamos os valores cindidos em 1º de dezembro de 2017:

	01/12/2017
Ativo	62.796
Circulante e realizável a longo prazo	60.412
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.384
Outros créditos	183
Permanente	1.999
Total do ativo	62.979
Passivo	62.953
Circulante e exigível a longo prazo	62.953
Outras obrigações	26
Patrimônio líquido	62.979
Total do passivo	62.979

Os ativos e passivos do *Consumer* foram objeto de laudo contábil, auditado para a data-base de 30 de setembro de 2017.

2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595 de 1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404 de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Corretora em 26 de fevereiro de 2018.

3 | Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada e aplicações em moedas estrangeiras.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento;
- Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda** - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

As ações são valorizadas pela cotação de fechamento do dia em que foram negociadas em bolsa de valores em contrapartida ao resultado do período.

Os Certificados de Depósito Bancário - CDB, são atualizados considerando custo de aquisição e os rendimentos auferidos pelo indexador do contrato. O valor de curva e o seu valor de mercado se equiparam.

A valorização das cotas de fundos de índice de mercado é baseada na média ponderada do preço dos ativos que formam a composição da carteira.

e) Operações de crédito

As operações de crédito são realizadas sob a modalidade de financiamentos a pessoas físicas e jurídicas que satisfazem as condições para contratação de operações destinadas a aquisições de ações.

- Direitos e/ou obrigações por empréstimos de ações** - As ações cedidas ou tomadas por empréstimos são registradas em conta específica, valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na bolsa de valores e que habitualmente tem maior negociação, acrescida dos encargos/rendimentos do empréstimo, apropriada diariamente no resultado.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 21 de dezembro de 1999, considerando-se a classificação das operações de crédito e outros créditos em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no *rating* H, desde que apresentem atraso superior a 180 dias.

As operações de crédito renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações registradas como prejuízo e controladas em contas de compensação, são classificadas como de risco nível H. Eventuais ganhos auferidos por ocasião da renegociação são apropriados ao resultado quando efetivamente recebidos. A reclassificação para categoria de menor risco é realizada quando há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

g) Negociação e intermediação de valores

Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor.

h) Permanente

i) Investimentos

São representados por certificados de investimentos e estão registrados pelo seu custo original.

ii. Imobilizado

Até dezembro de 2016, o imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Corretora espera utilizar o ativo.

iii. Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de *software* registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.534 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis, necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Corretora espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizados.

Além da amortização, os valores são submetidos a revisões periódicas de testes de *impairment* conforme descrito na nota 3i.

i) Redução do valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566 com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, e
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

ii) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

Passivos contingentes - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

6 | Títulos e valores mobiliários

a) Títulos para negociação

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

Títulos para negociação	2017		2016	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Sem vencimento	De 3 a 12 meses
Carteira própria	46	46	46	27.919
Ações de companhias abertas	46	46	46	18.736
Ações recebidas por empréstimos	-	-	-	732
Cotas de fundos de índice de mercado	-	-	-	8.451
Vinculados à prestação de garantias	170.390	170.524	170.524	217.984
Letras do Tesouro Nacional - LTN	170.390	170.524	170.524	218.196
Total	170.436	170.570	46	245.903

b) Títulos disponíveis para venda

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

Títulos disponíveis para venda	2017		2016	
	Custo atualizado	Valor de mercado	De 3 a 12 meses	Acima de 3 anos
Carteira própria	110.395	110.395	99.976	7.067
Certificado de depósitos bancários - CDB	110.395	110.395	99.976	7.067
Vinculados à prestação de garantias	36.834	36.828	-	6.488
Letras Financeira do Tesouro - LFT	6.504	6.498	-	6.498
Cotas de fundos de investimentos	30.330	30.330	-	30.330
Total	147.229	147.223	99.976	103.571

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Corretora não possuía títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, os títulos privados estão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e as ações estão registradas na Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

7 | Negociação e intermediação de valores

	2017		2016	
	Ativo créditos	Passivo obrigações	Ativo créditos	Passivo obrigações
Caixas de registros e liquidação	-	-	-	-
Devedores/credores por conta de liquidações pendentes	207.814	133.651	45.319	114.977
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	-	-	-	1.019
Credores por empréstimos de ações	-	-	-	8.718
Total	207.814	209.992	62.606	126.224

8 | Créditos tributários

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

Provisão para bônus e gratificação periódica	2017		2016	
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Cisão
	12.351	11.510	(8.855)	(262)
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	5.619	975	(56)	(744)
Provisão para outros pagamentos	4.055	3.682	(2.134)	(1)
Total	22.025	16.167	(11.045)	(1.007)

Provisão para bônus e gratificação periódica	2017		2016	
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Cisão
	10.610	8.184	(6.443)	(12.351)
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	4.957	835	(173)	(5.619)
Provisão para outros pagamentos	3.278	2.251	(1.474)	(4.055)
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	134	-	(134)	-
Total	18.979	11.270	(8.224)	(22.025)

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social

Provisão para bônus e gratificação periódica	2017		2016	
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Cisão
	10.161	8.338	(8.064)	(157)
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	4.321	1.136	(983)	(446)
Provisão para outros pagamentos	2.433	2.485	(1.279)	(1)
Total	16.915	11.959	(10.326)	(604)

Provisão para bônus e gratificação periódica	2017		2016	
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Cisão
	9.211	4.910	(3.960)	(10.161)
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	3.774	651	(104)	(4.321)
Provisão para outros pagamentos	1.967	1.351	(885)	(2.433)
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	84	-	(84)	-
Total	15.036	6.912	(5.033)	(16.915)

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda

Provisão para bônus e gratificação periódica	2017		2016	
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
	14.744	2.897	5.602	23.243
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	2.897	5.602	-	-
Provisão para outros pagamentos	5.602	-	-	-
Total	23.243	2.897	5.602	23.243

Provisão para bônus e gratificação periódica	2017		2016	
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
	2.470	4.941	4.940	10.511
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	618	1.686	3.315	-
Provisão para outros pagamentos	695	1.275	1.275	116
Total	3.783	7.902	9.530	116

d) Realização de crédito tributário de contribuição social

Provisão para bônus e gratificação periódica	2017		2016	
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
	10.278	2.014	3.638	15.930
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	2.014	3.638	-	-
Provisão para outros pagamentos	3.638	-	-	-
Total	15.930	2.014	3.638	15.930

Provisão para bônus e gratificação periódica	2017		2016	
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
	2.032	4.064	4.065	10.161
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	475	1.296	2.550	-
Provisão para outros pagamentos	417	765	765	70
Total	2.924	6.125	7.380	70

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 38.305 (2016 - R\$ 30.989) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Não havia créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

9 | Outros créditos - Diversos

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Devedores por depósitos em garantia	-	54.514	-	24.685
Impostos e contribuições a compensar	1.630	-	145	-
Adiantamentos e antecipações	671	-	301	-
Outros	25.344	-	20.947	-
Total	27.645	54.514	21.393	24.685

10 | Investimentos

O saldo de outros investimentos é composto por títulos patrimoniais no valor de R\$ 15 (2016 - R\$ 15).

11 | Imobilizado de uso

Instalações	2017		2016	
	Custo acumulado	Depreciação acumulada	Custo acumulado	Depreciação acumulada
	1.980	(1.269)	1.980	(897)
Móveis e equipamentos de uso	1.076	(850)	1.076	(226)
Sistemas de comunicação	2.591	(2.584)	2.591	(2.584)
Sistemas de processamentos de dados	3.180	(3.132)	3.180	(3.132)
Sistemas de segurança	2	(2)	2	(2)
Sistemas de transporte	188	(188)	188	(188)
Total	9.017	(8.025)	992	(8.025)

Instalações	2017		2016	
	Custo acumulado	Depreciação acumulada	Custo acumulado	Depreciação acumulada
	1.980	(1.083)	1.980	(897)
Móveis e equipamentos de uso	1.076	(768)	1.076	(308)
Sistemas de comunicação	2.992	(2.936)	2.992	(2.936)
Sistemas de processamentos de dados	4.087	(3.736)	4.087	(3.736)
Sistemas de segurança	2	(2)	2	(2)
Sistemas de transporte	188	(188)	188	(188)
Total	10.325	(8.713)	1.612	(8.713)

12 | Intangível

Desenvolvimento de software	2017		2016	
	Custo acumulado	Valor residual	Custo acumulado	Valor residual
	1.170	(178)	992	(399)
Total	1.170	(178)	992	(399)

13 | Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	27.465	-	33.009	-
Impostos e contribuições a recolher	57	-	57	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos (1)	33.477	-	33.477	-
Total	61.009	-	66.543	-

(1) Provisão para impostos diferidos refere-se a passivos fiscais de imposto de renda e contribuição social decorrentes do ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos.

Em virtude da majoração de alíquota da CSLL, a Corretora registrou crédito tributário adicional no montante de R\$ 2.260 (2016 - R\$ 3.700). A referida majoração de alíquota aumentou o valor da CSLL a recolher neste exercício no montante de R\$ 4.418 (2016 - R\$ 5.034).

Conforme Carta-Circular nº 3.782 de 19 de setembro de 2016, a partir de janeiro de 2017, foi excluída a rubrica "Fiscais e previdenciárias - Provisão para riscos fiscais", sendo o saldo transferido para a rubrica "Outras obrigações - Diversas - Provisão para contingências - fiscais". Para efeito de publicação reclassificamos o saldo de 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 14.577.

14 | Outras obrigações - Diversas

Provisão para pagamentos de despesas de pessoal	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	57.092	-	44.683	-
Valores a pagar a ex-acionistas (1)	14.850	-	14.106	-
Valores a pagar à sociedade ligada no exterior (2)	5.497	-	1.725	-
Provisão para pagamentos a efetuar	6.993	-	597	-
Provisão para passivos contingentes (nota 15)	15.696	7.468	7.468	10.236
Total	100.128	7.468	68.579	10.236

(1) Referem-se à provisão de valores a pagar aos ex-acionistas da Intra, registrada no segundo semestre de 2011. A Corretora mantém depositado judicialmente 100% do saldo que é atualizado mensalmente pela taxa Selic.

(2) Referem-se, basicamente, à comissão paga à empresa ligada no exterior por indicações de clientes globais.

15 | Passivos contingentes e obrigações legais

a) Saldos patrimoniais dos passivos contingentes por natureza	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para riscos fiscais	15.370	-	2.368	12.209
Provisão para passivos contingentes - Cíveis	-	-	-	1.600
Provisão para passivos contingentes - Trabalhistas	326	7.468	400	5.897
Total	15.696	7.468	2.768	19.706

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 16 de dezembro de 2009 e na Carta-Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Corretora tem constituída uma provisão para riscos fiscais, composta basicamente, pelo seguinte caso:

• **Fiscal - PIS e COFINS sobre despesas de corretagem - R\$ 12.807 (2016 - R\$ 12.209):** Trata-se de processo onde se discute a dedução das despesas incorridas a título de prestação de serviços de corretagem para fins de apuração da base de cálculo do PIS e COFINS devidos a partir de 2003. Aguarda-se decisão de segunda instância.

Contingências classificadas com risco de perda possível:

Não são reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais de R\$ 76.174 (2016 - R\$ 71.050), compostas basicamente, pelos seguintes processos fiscais:

• **Desmutualização - B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão - R\$ 42.424 (2016 - R\$ 40.004):** Trata-se de processos onde se discute o recolhimento do PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão em ações. Aguardam-se decisões de segunda instância.

• **PIS e COFINS sobre Incorporação de Ações - R\$ 15.810 (2016 - R\$ 14.927):** Trata-se de processo onde se discute o recolhimento de PIS e COFINS sobre suposto ganho de capital ocorrido na incorporação de ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. Aguarda-se julgamento de segunda instância administrativa.

• **ISS Corretagem - R\$ 5.114 (2016 - R\$ 4.792):** Trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre as operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. Aguarda-se julgamento de Embargos à Execução.

A Corretora optou por desistir de processos administrativos nos termos da Lei nº 13.496 de 24 de outubro de 2017, mediante antecipação de 7,5% e saldo remanescente a ser liquidado integralmente em Janeiro de 2018, aproveitando os benefícios oferecidos pela Lei e suas regulamentações. Os processos discutiam despachos decisórios que homologaram parcialmente compensações de saldo negativo efetuadas pela Corretora. Para tanto houve constituição de provisão no montante de R\$ 125 e utilização de R\$ 17. Aguarda-se homologação da Anistia que reduziu as contingências em R\$ 220.

b) Movimentação das contingências

Cíveis	2017					Saldo em 31/12/2017
	31/12/2016	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	
Trabalhistas	1.600	3	(173)	(3)	163	739
Fiscais	6.297	2.702	(41)	(4)	225	15.370
Total	14.577	2.705	(214)	(7)	793	23.164

Cíveis	2016					Saldo em 31/12/2016
	31/12/2015	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	
Trabalhistas	1.547	94	-	(272)	231	1.600
Fiscais	4.755	1.787	(287)	(133)	175	6.297
Total	13.526	1.881	(287)	(405)	1.051	14.577

16 | Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por 2.756.904.811 ações ordinárias (2016 - 2.757.180.529) e 2.757.180.529 ações preferenciais (2016 - 2.757.180.529), nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais gozam do privilégio de prioridade no reembolso do capital social no caso de liquidação ou dissolução, com o prêmio que vier a ser fixado na Assembleia Geral.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 29 de junho de 2017, foi deliberado o aumento do capital social em R\$ 27.000 na Corretora, provenientes de Reserva Estatutária - Reserva para Equalização de Dividendos apurados no exercício de dezembro de 2016. O capital social da Corretora passou de R\$ 248.000 para R\$ 275.000, sem emissão de novas ações.

Em AGE realizada em 1º de dezembro de 2017, foi deliberada a cisão do capital social em R\$ 14 na Corretora, bem como

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

• **Chief Risk Officer (CRO)/Risk Group:** O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil prevê a atuação do CRO, sendo este responsável pela supervisão da conformidade, verificação, monitoramento e prevenção dos riscos controlados pela segunda linha de defesa; bem como a atuação do *Risk Group*, o qual tem como objetivo auxiliar o CRO no processo de avaliação e decisão de ações de mitigação de riscos e, principalmente, promover maior transparência às partes interessadas ao informar aos quais às áreas estão expostas, as políticas, normas e medidas adotadas para sua mitigação, bem como sua eficácia e eficiência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil conta, por fim, com o Grupo de Risco.

25.1. Gerenciamento de risco de capital

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil e da unidade única responsável pelo gerenciamento do capital das demais empresas do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, cumprindo suas responsabilidades de acordo com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabelece a Política de Gerenciamento de Capital, cujas responsabilidades e procedimentos são baseados nas diretrizes de gerenciamento de capital instituídas pelo Citigroup globalmente.

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pelo Conglomerado Prudencial Citibank Brasil baseia-se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital.

O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de capital consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

25.2. Gerenciamento de risco operacional

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, instituiu em junho de 2007 a Política de Gerenciamento de Risco Operacional. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil mantém uma estrutura de Gestão de Risco Operacional com uma estrutura de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

Primeira Linha de Defesa - Negócio: O negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.

Segunda Linha de Defesa - Gestão de Risco Independente e Funções de Controle - Operational Risk Management, Compliance, Risk, Finanças, Recursos Humanos e Jurídico: Constituem a segunda linha de defesa com o objetivo de aumentar a eficácia dos controles e garantir a gestão adequada dos riscos operacionais em todos os produtos, linhas de negócios e regiões.

Terceira Linha de Defesa: A Auditoria Interna recomenda melhorias nos processos e práticas de forma contínua e oferece avaliação e análise independente.

O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por garantir o controle e a direção estratégica no processo de identificação de riscos operacionais significativos e controles mitigadores conforme o processo global de Auto-Avaliação de Risco e Controle, bem como no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao *Chief Risk Officer* e ao Comitê de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos riscos operacionais significativos e emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização como um todo.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

25.3. Gerenciamento de risco de mercado

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma diretoria de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup.

A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras de *banking*; v) apuração e marcação a mercado; e vi) novas transações, atividades e operações complexas.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de mercado consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

25.4. Gerenciamento de risco de crédito

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de crédito consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

25.5. Gerenciamento de risco de liquidez

Em cumprimento à Resolução, nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup.

A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco *intraday* e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de stress são revisados e aprovados pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos - ALCO.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

25.6. Gerenciamento de risco socioambiental

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327 de 25 de abril de 2014 e nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão CRO, para gerenciamento de risco socioambiental.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de socioambiental consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Responsabilidade Socioambiental.

25.7. Gerenciamento de riscos relevantes

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes

A Diretoria

Alexandre Macedo Barbosa
CRC: ISP191859/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e à Diretoria da

Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

São Paulo - SP



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmbia

Contadora CRC ISP198502/O-8

29,7cm

23,0cm